

Índice

As mães necessitam de flexibilidade	1
As mulheres continuam a arcar com o trabalho doméstico	3

As mães necessitam de flexibilidade

Atender as necessidades familiares exige sacrificar tempo de atividade profissional. Os dados mostram que é a mulher quem o está a fazer, embora a diferença relativamente aos homens tenha diminuído ligeiramente nos últimos anos. Também sugerem que as políticas laborais importam: nalguns países, as mães gozam de facilidades para trabalhar a tempo parcial e aderem voluntariamente a esta opção; noutros, a muitas não lhes resta outra saída a não ser abandonar completamente a vida laboral.

No início de 2016, a taxa de emprego (percentagem de empregados entre as pessoas em idade de trabalhar) no conjunto das economias mais desenvolvidas era de 67 %. No entanto, a dos homens superava claramente a das mulheres. Em concreto, a diferença era de 16 pontos percentuais (75 % contra 59 %); 10,5 pontos na União Europeia. O mesmo se repete ao analisar a taxa de atividade, que inclui os trabalhadores por conta própria, uma minoria na força laboral.

Não obstante, existem importantes diferenças por países, e também quanto ao motivo da diferença. Esta é relativamente estreita nos países escandinavos, na Letónia e na Suíça. Também é pequena em França e Portugal, embora nestes casos se deva à baixa taxa dos homens, e não a que a feminina seja mais alta. No Japão e na República Checa acontece o contrário: a diferença é superior à média, mas não porque a taxa das mulheres seja baixa, mas porque a dos homens é muito alta.

Como se explica a desvantagem feminina? Sabe-se que, em geral, o desemprego afeta mais os que têm um nível de estudos inferior. Mas as mulheres, embora em bastantes países igualem ou superem os homens na instrução, sofrem mais a penalização por falta de um título educativo. A diferença na taxa de emprego entre as que têm estudos superiores e as que não passaram do ensino obrigatório é de 34 pontos, contra 22 no caso dos homens.

Maternidade

Ora, se considerarmos as diferenças entre mulheres, o mais determinante é a maternidade. Segundo um relatório da Comissão Europeia, com dados de 2013, as mulheres com filhos menores de 6 anos estão 12 pontos abaixo das outras. Essa média esconde fortes contrastes entre os países da UE. A diferença é grande no Reino Unido, Alemanha e Finlândia; também em vários países do Centro-Leste é possível contar com as mães de crianças até 15 anos. Pelo contrário, a maternidade tem muito pouca influência noutros como Grécia, Croácia, Bélgica ou Holanda. Há até alguns (Dinamarca, Suécia, Portugal) onde são as mulheres sem filhos que têm uma taxa de emprego menor.

Na taxa têm influência tanto a idade dos filhos, como o seu número. Se atendermos ao primeiro aspeto, a descida mais destacada acontece quando o filho menor ainda não chegou aos três anos; depois, o efeito atenua-se, pelo que não há grande diferença entre os 3-5 anos do mais pequeno e os 6-14. Algo de similar ocorre com o total de filhos: a queda forte surge a partir do terceiro. Assim, as diferenças entre os

extremos rondam os 20 pontos em ambos os casos: o que mais dificulta o emprego das mães é ter mais de dois filhos ou um em idade de infântário.

Entre os homens não existe uma descida da atividade profissional associada à paternidade. De facto, ocorre o contrário: os homens com filhos têm uma taxa de emprego ligeiramente superior aos restantes. É como se os pais "compensassem" de algum modo o efeito da maternidade das suas parceiras.

Jornada laboral por medida

A repercussão da maternidade na taxa de emprego vê-se modulada, em parte, pela capacidade das mulheres para negociar um horário mais flexível no trabalho. Assim, segundo demonstra o estudo europeu antes mencionado, nalguns dos países onde a diferença por maternidade é mais baixa, elas dizem dispor de maior margem no desenho da sua jornada que os homens. É o que sucede, por exemplo, na Holanda, Suécia ou Portugal. Não obstante, há exceções a esta regra: na Alemanha, as empregadas dizem gozar de flexibilidade, e ainda assim a taxa de ocupação laboral entre as mães é sensivelmente menor do que a média; na Dinamarca, ocorre o contrário: pouca flexibilidade para as mulheres, mas muitas mães empregadas.

Um indício de que a flexibilidade é decisiva, reside neste dado aparentemente paradoxal: a diferença de emprego entre homens e mulheres não se estreita após os anos típicos de criação, mas pelo contrário. Se a diferença geral pelo sexo (em todas as idades) era de dez pontos e meio na UE, entre os trabalhadores mais velhos chega aos quinze pontos. Isto deve-se, em grande parte, à dificuldade de muitas mães para se reintegrarem no plano laboral depois de terem abandonado o posto de trabalho durante algum tempo de modo a dedicarem-se aos seus filhos. Por outro lado, nestas idades podem aparecer outras responsabilidades familiares, como cuidar de netos ou de pais idosos. Embora, em média, apenas 10 % das mulheres inativas desta faixa etária o estejam por esses motivos, a percentagem é muito superior nalguns poucos países, entre os quais, Espanha e Irlanda.

Trabalho a tempo parcial

Que um dos membros do casal (quase sempre a mulher) renuncie a trabalhar não é o único modo de conciliar vida laboral e familiar. Outra possibilidade é reduzir a jornada laboral. No conjunto da OCDE, a taxa de emprego a tempo parcial (TTP: a percentagem em relação ao total de trabalhadores) é de 17 %. A percentagem é significativamente mais elevada nalguns países. Acima de todos destaca-se a Holanda, onde roça os 40 %. A percentagem também é

elevada na Suíça, Austrália, Reino Unido e Irlanda. Pelo contrário, no leste da Europa não chega a 10 %.

O que é comum em todo o lado é que a taxa feminina supera claramente a masculina (26 % contra 10 %). Em média, sete em cada dez contratos a tempo parcial são de mulheres. Em geral, o desequilíbrio é ainda maior nos países onde a TTP é superior à média. O centro da Europa é a região menos igualitária neste sentido: na Áustria, Bélgica, Alemanha e Suíça, as mulheres representam cerca de 80 % de todos os trabalhadores com jornada laboral reduzida.

De qualquer forma, ao mesmo tempo que a TTP subiu nos dois sexos, a diferença entre um e outro tem-se vindo a reduzir, porque o crescimento nos homens foi ligeiramente superior. Os dados históricos mostram uma forte subida no âmbito masculino durante os anos da crise, que afetou especialmente alguns setores com maior representação de homens. Na Europa, onde as turbulências económicas foram mais profundas e duradouras, o estreitamento da diferença é detetável com maior clareza.

Em Espanha, por exemplo, a TTP (14,5 %) está algo abaixo da média da OCDE. Como em quase todos os países, há um importante desequilíbrio por sexos: a das mulheres triplica a dos homens. Contudo, a diferença reduziu-se sensivelmente desde o início do século, em parte devido à crise. A percentagem de empregos com jornada laboral reduzida entre os homens, que era uma das mais baixas da OCDE no ano 2000, multiplicou-se quase por quatro desde então; a de mulheres também aumentou, mas menos. Ainda assim, o desequilíbrio entre uns e outras continua a situar-se acima da média.

Por escolha ou por necessidade

A maternidade parece um fator determinante na decisão de reduzir a jornada laboral. Assim o sugere a análise da TTP por faixas etárias, que voltam a mostrar importantes diferenças por sexo. O pico deste tipo de empregos acontece entre os 20 e os 24 anos tanto para homens como para mulheres, talvez pelo facto dos estudantes compatibilizarem o seu curso com algum trabalho. No entanto, enquanto que a taxa masculina começa a descer a partir de então e só volta a subir nos últimos anos de vida profissional, a feminina é ao contrário: baixa depois dos 24 anos e volta a subir quando os filhos são menores de idade. Nestes anos, a diferença entre homens e mulheres é maior do que em qualquer outro período: elas são 80 % dos trabalhadores a tempo parcial.

A questão é se a maior dedicação parcial das mulheres é voluntária ou forçada. Uma pista é dada pela análise da TTP consoante o nível de estudos. Mais uma vez, observa-se que o padrão não é igual para homens e para mulheres. Entre eles, cumpre-se a relação que seria de esperar: menos estudos, mais TTP, pois entre o setor masculino, este tipo de empregos

parece mais um “prémio de consolação” do que uma escolha própria. Pelo contrário, entre as mulheres, o grupo com menor incidência deste tipo de empregos é o das que não foram além do ensino obrigatório.

Que haja uma elevada percentagem de mulheres muito qualificadas mas com um contrato de jornada laboral reduzida (sobretudo no centro da Europa, mas também na Noruega ou na Dinamarca) parece realçar que se trata de uma escolha dentro das possibilidades, e não tanto que não possam encontrar um posto de trabalho a tempo inteiro. Além disso, nalguns desses países esta percentagem é especialmente elevada entre os 35 e os 45 anos, o que aponta para a maternidade como uma das causas deste fenómeno. É o que ocorre, por exemplo, na Áustria, Bélgica e Suíça.

Para cuidar de outros

Todos estes indícios sobre a importância da maternidade na TTP veem-se confirmados por um [estudo](#) da Comissão Europeia que compara a incidência do trabalho a tempo parcial entre mulheres de 20 a 50 anos com e sem filhos. Em média, a percentagem de trabalhadoras com jornada laboral reduzida na UE era de 35 % e 20 %, respetivamente. As maiores taxas entre as mães (e também as diferenças mais significativas em relação às não mães) aconteciam na Holanda, Alemanha, Áustria e Reino Unido.

O caso da Holanda é especial: o trabalho a tempo parcial está também muito generalizado entre as mulheres sem filhos: a TTP neste grupo supera os 50 %. Os dois países seguintes, Bélgica e Dinamarca, ficam a mais de 20 pontos de distância. A Dinamarca é precisamente um dos poucos lugares onde a jornada laboral reduzida é mais comum entre as não mães. Isso também acontece na Eslovénia, Finlândia e Portugal.

O banco de dados do Eurostat sobre emprego permite conhecer quais são as razões de cada sexo para trabalhar a tempo parcial. Entre os homens, um pouco mais de metade salientam não ter podido encontrar um emprego a tempo inteiro, algo que só é referido por uma em cada quatro mulheres. Pelo contrário, 40 % das mulheres alegam estar a cuidar de crianças ou de algum familiar doente, enquanto que isto só é referido por 7 % dos homens.

Não obstante, também nisto se percebem importantes diferenças por países. Na Holanda, Alemanha, Áustria ou Reino Unido, a jornada laboral parcial involuntária nas mulheres apenas afeta 10 %, enquanto que mais de metade salientam os cuidados familiares como a sua motivação para reduzir a jornada laboral. No sul da Europa, acontece o contrário.

Facilitar a conciliação

Todos os dados analisados desenham um mapa europeu dividido em regiões, com perfis diferentes em relação à taxa de emprego feminina e à incidência do trabalho a tempo parcial entre mulheres e especificamente entre as mães. Segundo um [relatório](#) do Institute for Public Policy Research, parte destas diferenças deve-se à cultura. Na Holanda, Alemanha ou Áustria é costume que as mulheres com filhos pequenos optem por reduzir a sua jornada laboral, enquanto que noutros países isto não é usual.

Contudo, outra parte pode ser atribuída às diversas políticas familiares que vigoram em cada país. Por exemplo, na Alemanha e na Holanda existe uma provisão específica que permite aos empregados (homens e mulheres) com filhos pequenos reduzir a sua dedicação por algum tempo, mantendo um direito a recuperar a jornada laboral completa mais tarde. Este tipo de facilidades não é comum no leste da Europa, o que explica a pouca incidência do trabalho a tempo parcial nesta região.

A conclusão é fácil: embora a cultura familiar do país tenha importância, dar às mulheres – e especialmente às mães – mais flexibilidade para organizarem a sua vida profissional cria um clima propício para a conciliação. Daí a redução da jornada laboral ser acompanhada por certas garantias (estabilidade, salário não penalizado, maior margem no desenho do horário), estando muitas mulheres a optar por ela.

Tradicionalmente, foram elas as que mais sacrificaram as suas carreiras. Para algumas, o principal motivo era que queriam estar mais próximo dos seus filhos, sobretudo quando eram pequenos. Noutras ocasiões, seguramente terá pesado o facto de que, por terem um nível de estudos inferior ao dos homens, o custo de oportunidade de renunciar a um emprego era menor. Agora que a tendência se inverteu, resta ver se eles se envolvem tão generosamente na conciliação.

F.R.-B.

As mulheres continuam a arcar com o trabalho doméstico

Embora a diferença por sexos se tenha reduzido, deve-se a uma diminuição do tempo dedicado pelas mulheres.

A progressiva incorporação da mulher no mercado laboral teve por consequência uma lógica descida na sua disponibilidade

para as tarefas domésticas e para os cuidados com os filhos. Também houve influência da mudança de papéis culturais. Vários relatórios propiciaram dados a este fenómeno através da comparação entre sucessivos inquéritos sobre utilização do tempo.

Um dos mais completos foi [publicado](#) em 2014 por três investigadores do Instituto Nacional de Estudos Demográficos de França. Comparava o tempo que cada sexo dedicava ao lar em quatro países ocidentais onde a integração laboral da mulher e a mudança cultural se desenvolveram plenamente: EUA, França, Holanda e Reino Unido. (Estudos [mais recentes](#) incluem, além disso, outros países, mas são menos significativos por só se fixarem nalgumas tarefas domésticas, e excluírem, por exemplo, o atendimento dos filhos).

O relatório mostra que continua a existir uma importante diferença por sexos nos quatro países: em média, a mulher é responsável por dois em cada três minutos empregados em tarefas do lar. Ao fim de um dia, elas dedicam mais duas horas do que os homens.

Contudo, a diferença reduziu-se nas duas últimas décadas. No entanto, esta diminuição deve-se ao facto das mulheres dedicarem menos uma hora a tarefas domésticas (desceu sobretudo o tempo de cozinha), não ao homem ter aumentado a sua dedicação. De facto, esta baixou cerca de dez minutos diários desde 1990, depois de um aumento progressivo a partir de 1960. Quanto ao tipo de trabalhos desempenhados, elas continuam a ocupar-se maioritariamente da cozinha, limpeza e dos cuidados com a roupa; eles, com a bricolagem e a jardinagem (com exceção da Holanda, onde apreciam muito a arte da culinária).

Quanto ao atendimento dos filhos, percebem-se algumas tendências comuns. Em primeiro lugar, embora as mulheres continuem a ser as que mais tempo dedicam (cerca de 70 % do total), a diferença desceu significativamente, e, neste caso, não porque elas tenham reduzido a sua carga, mas porque eles a aumentaram. Além disso, apesar dos cuidados físicos continuarem a ser os que ocupam uma maior percentagem do tempo, cresceu imenso o emprego em interação com os filhos: fundamentalmente falar ou brincar com eles. Esta é precisamente a categoria em que a integração dos homens é mais significativa.

Os investigadores analisaram também qual foi a influência dos fatores estruturais (taxa de emprego feminino, envelhecimento da população, tendências na educação e no casamento) e qual a da mudança de papéis culturais (ideias sobre paternidade e maternidade, perceção "do feminino") na evolução da distribuição de tarefas domésticas. Concluem que, embora os primeiros tenham sido importantes, são os fatores associados ao comportamento os que em maior grau determinaram as mudanças.